# CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS MULHERES

**Ata da 134ª Reunião Ordinária**

***15 de setembro de 2026***

No dia 15 de setembro de 2026, às 14h11, em terceira e última convocação, integrantes do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres de Londrina (CMDM) reuniram-se para a 134ª Reunião Ordinária do CMDM - Gestão 2026/2030. A reunião foi realizada de forma presencial no Auditório da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, sito à Rua Assunção, 189, sala 6. Conforme Ofício Circular 009/2026-CMDM a reunião teve a seguinte proposta de pauta: 1) Eleição da Presidência do CMDM; 2) Apresentação e aprovação da pauta; 3) Aprovação das atas da reunião ordinária de 18/agosto e extraordinária de 03/setembro de 2026 (leitura prévia); 4) Correspondências recebidas e expedidas (leitura prévia dos anexos); 5) Proposta da Frente Trans de concessão de distinção simbólica à Conselheira Sueli Galhardi; 6) Atualização das representantes do CMDM na Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica, Familiar e Sexual Contra as Mulheres do Município de Londrina; 7) Comissões de Trabalho do CMDM (leitura prévia do anexo); 8) Apresentação dos recursos em execução no Fundo Municipal dos Direitos das Mulheres (FMDM); 9) Indicação de representantes para o Curso de Formação para Conselheiras Municipais dos Direitos da Mulher ofertado pela UEL; 10) Informes: a) 1ª Eleição Complementar da Gestão 2026-2030 do CMDM (movimento estudantil e mulheres do campo); b) Outros (se houver). **Conselheiras(os) presentes**: Marisol de Oliveira Chiesa, Fernanda Serenário, Rosangela Portella Teruel, Tatiene Matoba de Avila (esqueceu de assinar a lista), Daisy Amanda de Oliveira Menck, Gislaine Aparecida de Araujo Matoso Domingues, Martinha Sucupira Ferraz Weber, Renata Francisca Segura Valerio Alecio, Rani Raquel Soares Nunes Aliberti, Osvaldo De Souza Campos Junior, Suzete Santos de Almeida, Deny Hideky Arasaki, Ana Clara Foleiss Valone, Daniely Mostaço Monti, Nayara Chaeenn Costa Pescador, Patrícia Selvatici Preto, Rosalina Batista, Elaine Ferreira Galvão, Elza Pereira Correia (esqueceu de assinar a lista), Sueli Galhardi, Thyara Kalahan de Azevedo, Martha Celia Ramirez Galvez, Rebeca Ferrari de Souza Goes, Mara Lucia Silvestre, Edmara Alves, Ursula Boreal Lopes Brevilheri, Suely Marlene Teodoro Rodrigues, Silvana Aparecida Mariano e Adriane Aparecida Loper. **Ausências justificadas:** Priscila Alexandra Colmiran, Graziella Santana Damante, Maitê Bette Motta, Maria Madalena Gomes dos Santos Sbizera. **Outras(os) participantes**: Yanka Cristine Barbosa (SMPM), Amanda B. Gonçalves (SMPM), Deividy André Vieira Leal (PGM), Gilmar Domingues Pereira (SEMA), Tenente Coronel Ricardo Eguedis (SMDS). **1) Eleição da Presidência do CMDM**: A Comissão Eleitoral, com o auxílio da servidora e conselheira, Fernanda Serenário, iniciou a eleição para a Presidência do CMDM, conforme Edital de Convocação e Regulamento Eleitoral nº 001/2026. Foi verificado e constatado o quórum necessário para a eleição, nos termos do artigo 22, III, do Regimento Interno. O pleito foi acompanhado pelo servidor da Procuradoria-Geral do Município (PGM), Deividy André Vieira Leal. Realizados todos os trâmites necessários à eleição, após a contagem dos votos, realizada perante o Plenário, à vista de todas as pessoas presentes, foi declarada eleita Presidenta do CMDM, para o biênio 2026-2028, a conselheira Rosalina Batista. A ata do processo eleitoral, lavrada e assinada logo após a conclusão da eleição, segue anexa a esta ata de reunião. **2) Apresentação e aprovação da pauta**: A Presidenta eleita, Rosalina Batista, passa a conduzir a

reunião. Antes, a Vice-Presidenta, Tatiene, pede um espaço para dar boas-vindas à Presidenta eleita e agradecer à Presidenta da gestão anterior, Sueli Galhardi. Realizou-se a leitura de uma carta em homenagem à Sra. Rosalina, ressaltando sua trajetória, experiência e compromisso com o fortalecimento das políticas públicas para as mulheres. Na sequência, foi realizada homenagem à Sueli Galhardi, em reconhecimento à dedicação, ao compromisso e à atuação durante os quatro anos em que esteve à frente da Presidência do Conselho. Em sua manifestação, Sueli agradeceu a homenagem e destacou que os resultados alcançados nas gestões anteriores decorreram do trabalho coletivo. Reforçou, ainda, a importância de que a nova gestão dê continuidade ao trabalho desenvolvido, para construção conjunta das decisões. Em seguida, Rosalina Batista faz a leitura da proposta de pauta para deliberação da plenária. Foram solicitadas inclusão dos seguintes itens: - solicitação de apoio do movimento "Parem de nos matar"; - situação de violência institucional relatada pela conselheira Thyara; - informe do Ministério das Mulheres, pela conselheira Sueli Galhardi. Pauta aprovada com as inclusões solicitadas. **3) Aprovação das atas da reunião ordinária de 18/agosto e extraordinária de 03/setembro de 2026 (leitura prévia)**: questionada, a plenária aprova a ata da reunião de agosto e, com duas abstenções, das conselheiras Elaine e Silvana, aprova a ata da reunião extraordinária de setembro. **4) Correspondências recebidas e expedidas (leitura prévia)**: Fernanda esclarece que, conforme solicitado pela conselheira Silvana, todas as correspondências foram encaminhadas por e-mail para leitura prévia. Durante a discussão, foi sugerida a manutenção dos resumos descritivos das correspondências, além do encaminhamento dos documentos na íntegra, conforme solicitado anteriormente. Destacou-se que os resumos facilitam o registro das atividades, a localização de informações e o atendimento a eventuais pedidos de informação. Proposta aprovada. **5) Proposta da Frente Trans de concessão de distinção simbólica à Conselheira Sueli Galhardi**: A conselheira Ursula, representante da Frente Trans, apresentou proposta de concessão de distinção simbólica à conselheira Sueli Galhardi, em reconhecimento à sua trajetória e à atuação nas duas gestões em que exerceu a Presidência do CMDM. Esclareceu que a proposta decorreu de deliberação do movimento em plenária e que a homenagem teria caráter exclusivamente simbólico e institucional, sem criação de cargo, mandato ou atribuições administrativas, deliberativas ou representativas no âmbito do Conselho. Durante o debate, as conselheiras reconheceram a relevância da trajetória de Sueli e sua contribuição para o fortalecimento das políticas públicas para as mulheres, destacando, igualmente, o caráter coletivo dos avanços alcançados pelo Conselho. Foram apresentadas ponderações quanto à denominação proposta, especialmente em relação ao uso do título "Presidenta de Honra", sugerindo-se, alternativamente, a adoção da expressão "reconhecimento público". Também foi ressaltada a importância de ampliar as iniciativas de reconhecimento das mulheres que contribuíram historicamente para a defesa dos direitos das mulheres em Londrina, incluindo representantes de diferentes gestões, movimentos e instituições, inclusive aquelas já falecidas. Nesse sentido, foi sugerida a possibilidade de o CMDM organizar homenagens periódicas, preferencialmente por ocasião do Dia Internacional da

Mulher, celebrado em 8 de março. Sueli Galhardi agradeceu à Frente Trans pela iniciativa e manifestou concordância com a valorização da trajetória de outras conselheiras do CMDM. Outras participantes manifestaram apoio à proposta e à criação de iniciativas permanentes de reconhecimento público das mulheres que contribuíram para a história das políticas públicas para as mulheres no Município, representantes da sociedade civil e do poder público. A discussão evidenciou a concordância quanto à relevância da homenagem, bem como a necessidade de reflexão sobre sua denominação e sobre a possibilidade de estabelecer critérios para futuras homenagens. Finalizando, ficou acordado que será elaborada proposta de um programa periódico de reconhecimento público, com o objetivo de homenagear mulheres que tenham contribuído significativamente para a sociedade e para a defesa dos direitos das mulheres, sendo a conselheira e ex-presidenta Sueli Galhardi a primeira homenageada. Também foi proposta a denominação do prêmio em homenagem a Elza Correia, reconhecida por sua atuação na criação do Conselho. A Comissão Diretora ficou responsável por elaborar uma proposta e apresentar à Plenária para análise e aprovação. **6) Atualização das representantes do CMDM na Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica, Familiar e Sexual Contra as Mulheres do Município de Londrina**: Na sequência, foi discutida a atualização das representantes do Conselho na Rede. Foram prestados esclarecimentos sobre a natureza da Rede, caracterizada como espaço de articulação técnica entre instituições e serviços, destinado à discussão de fluxos, protocolos, capacitações e estratégias de aprimoramento do atendimento às mulheres. Também foi destacada a importância de manter atualizadas as indicações formais dos órgãos e serviços participantes, conforme estabelece o Art. 5º do Decreto nº 1208/2024. Após as manifestações, foram indicadas Argélia Colares Almeida, Adriane Aparecida Loper e Sueli Galhardi para representar o CMDM na Rede, tendo a indicação sido submetida à concordância da plenária. **7) Comissões de Trabalho do CMDM (leitura prévia)**: Fernanda explica que iniciada uma nova gestão do CMDM é necessário recompor as comissões de trabalho. Foi explicado à plenária que há previsão regimental das comissões e que a Resolução 001/2023-CMDM instituiu as atuais comissões do CMDM e suas atribuições, o que pode, após análise desta nova gestão, ser alterado, de acordo com a identificação de novas necessidades. Feitas as explicações, cada pessoa pode indicar seu nome para uma ou mais comissões, sendo permitida a participação de convidadas e colaboradoras externas. Seguem as indicações. Comissão De Prevenção E Enfrentamento De Todas As Formas De Violência Contra As Mulheres: Sueli Galhardi, Elza Correia, Letícia Caroline Gonçalves Mendes, Argélia Colares Almeida, Martha Celia Ramirez Galvez e Amanda Boza Golçalves. Comissão de Saúde das Mulheres: Thyara Kalahan de Azevedo, Elaine Ferreira Galvão, Rosalina Batista; Daisy Amanda de Oliveira Menck, Priscila Alexandra Colmiran, Adriane Aparecida Loper. Comissão De Educação E Trabalho Para A Diversidade: Ursula Boreal Lopes Brevilheri, Marisol de Oliveira Chiesa, Adriane Aparecida Loper, Maria Madalena Gomes dos Santos Sbizera, Rani Raquel Soares Nunes Aliberti, Lisnéia Aparecida Rampazzo Delgado e Elza Correia. Comissão De Proteção Social E Garantia De Direitos: Gislaine Aparecida de Araujo Matoso Domingues, Ana

Clara Foleiss Valone, Thyara Kalahan de Azevedo, Patrícia Selvatici Preto e Yanka Cristine Barbosa. Comissão De Transversalidade, Gestão E Controle Social: Rosangela Portella Teruel, Elaine Ferreira Galvão, Ursula Boreal Lopes Brevilheri e Fernanda Serenário. Comissão De Legislação E Fundo: Rosangela Portella Teruel, Fernanda Serenário, Ana Clara Foleiss Valone, Ursula Boreal Lopes Brevilheri e Yanka Cristine Barbosa. Fernanda ressalta que a primeira tarefa desta comissão será elaborar um parecer ao Projeto de Lei 248/2026 que "Institui, no âmbito do Município de Londrina, a Política Municipal de Apoio e Incentivo à Mulher no Esporte e dá outras providências". Ao final da reunião, foi identificada a necessidade de compor a Comissão Temporária de Atualização do atual Plano Municipal de Políticas para as Mulheres, cuja vigência se encerra em 31 de dezembro de 2026. Esclareceu-se que o novo Plano deverá orientar a política municipal para o quadriênio seguinte (2027-2030), tendo como documento de referência as propostas aprovadas na XII Conferência Municipal dos Direitos das Mulheres, organizadas em eixos temáticos. Informou-se que a comissão deverá desenvolver os trabalhos até dezembro de 2026, quando apresentará o resultado, não se confundindo essa atividade com o posterior monitoramento do Plano. Comissão De Atualização do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres (PMPM): A Comissão foi composta pelas conselheiras do poder público Fernanda Serenário, Marisol de Oliveira Chiesa e Gislaine Aparecida de Araujo Matoso Domingues, e pelas conselheiras da sociedade civil, Rosalina Batista, Adriane Aparecida Loper e Sueli Galhardi. Além disso, a Comissão contará com a assessoria técnica da SMPM, por intermédio da servidora Rosangela Portella Teruel. Também foi destacada a possibilidade de solicitar apoio técnico de outras servidoras ou servidores municipais e de utilizar diagnósticos socioterritoriais e documentos de outras políticas públicas, especialmente das áreas de assistência social e saúde, considerando o caráter transversal das políticas para as mulheres. **8) Solicitação de apoio do movimento "Parem de nos matar"**: A pauta foi reorganizada para possibilitar a participação do Secretário Municipal de Defesa Social, Tenente-Coronel QOPM Ricardo Fardim Eguedis. Inicialmente, foi contextualizado o feminicídio de Thaissa de Oliveira Marques, jovem de 21 anos, estudante de Nutrição da UniFil, assassinada em seu local de trabalho por homem com quem não mantinha vínculo conhecido, caracterizando situação de feminicídio não íntimo. As manifestações ressaltaram a gravidade do caso, a mobilização social decorrente e a necessidade de fortalecer as ações de prevenção, proteção e enfrentamento à violência contra as mulheres. Eguedis relatou as providências adotadas pelo Município para prestar apoio à família da vítima, incluindo acompanhamento por equipes municipais, articulação institucional e medidas de segurança durante o período do velório. Informou, ainda, que foram iniciadas discussões para ampliar a atuação da Guarda Municipal da Mulher no acolhimento às famílias em situações semelhantes, bem como para desenvolver ações preventivas e orientativas. Também mencionou iniciativas de orientação a profissionais que atuam em condomínios e edifícios, com vistas ao reconhecimento de situações de risco e ao encaminhamento de informações aos órgãos competentes. As conselheiras reconheceram a importância das ações de acolhimento realizadas, destacando a

atuação e o comprometimento das profissionais e representantes que acompanharam a família. Elogiaram o trabalho da conselheira Paula Marques da Silva, da Universidade Estadual de Londrina, no caso em questão. Entretanto, apontaram a necessidade de estabelecer fluxos e protocolos intersetoriais permanentes para o atendimento às vítimas indiretas do feminicídio, especialmente familiares, considerando que, em situações de extrema vulnerabilidade, as pessoas nem sempre conseguem buscar espontaneamente os serviços disponíveis. Defendeu-se que o atendimento seja proativo, articulado e realizado de forma humanizada, com definição das atribuições dos órgãos envolvidos, incluindo as áreas de assistência social, saúde, saúde mental, segurança pública e políticas para as mulheres. Também foi destacada a necessidade de ampliar a participação da Secretaria Municipal de Saúde nas discussões, especialmente quanto à saúde mental, à prevenção da violência e ao acompanhamento das famílias. As participantes ressaltaram que as estratégias de prevenção devem ser permanentes e contemplar ações educativas desde a infância e a sensibilização dos diferentes setores da sociedade. Foram discutidas, ainda, medidas voltadas à orientação das mulheres para o reconhecimento de situações de risco e a adoção de cuidados preventivos em diferentes espaços, públicos e privados, como ruas, estacionamentos e locais de trabalho. As orientações devem contemplar a atenção ao entorno, a identificação de situações suspeitas, as formas de agir diante de possíveis ameaças e os recursos disponíveis para buscar ajuda, além de medidas relacionadas à melhoria da iluminação, à atuação preventiva e à responsabilidade social das empresas na promoção de ambientes seguros. Ressaltou-se a importância de que essas iniciativas promovam a segurança das mulheres sem restringir seu direito de ir e vir, de ocupar os espaços públicos e de trabalhar livremente. Considerando que o autor do feminicídio de Thaissa alegou questões relacionadas à saúde mental, durante o debate foram discutidas as manifestações do Secretário Municipal de Defesa Social acerca da proposta de internação compulsória de pessoas com transtornos mentais ou com dependência de substâncias psicoativas. As conselheiras ponderaram sobre a complexidade do tema e a necessidade de evitar estigmatizações e medidas que possam resultar em violações de direitos, ressaltando que o enfrentamento à violência contra as mulheres exige políticas públicas integradas, ações educativas e estratégias de segurança fundamentadas em direitos humanos, sem estabelecer associações generalizadas entre sofrimento psíquico, dependência de substâncias e a prática de violência. Foi também apresentada sugestão de elaboração de material orientativo, como cartilha, com informações sobre prevenção, identificação de situações de risco e canais de atendimento. Por fim, foi apresentada a solicitação de apoio, ao CMDM e SMPM, do movimento “Parem de Nos Matar” para realização do ato público em repúdio à violência e ao feminicídio. O movimento, que surgiu a partir do feminicídio da estudante Thaissa de Oliveira Marques, pretende mobilizar a sociedade londrinense, no dia 26 de setembro de 2026, no Anfiteatro do Zerão, e solicita o apoio institucional para as autorizações pertinentes e divulgação. A plenária manifestou apoio à mobilização e destacou a importância da presença institucional do Conselho, inclusive mediante utilização de seu banner no ato. **9)**

**Indicação de representantes para o Curso de Formação para Conselheiras Municipais dos Direitos da Mulher ofertado pela UEL**: Fernanda apresentou as informações repassadas pela SEMIPI para a participação no Curso. Informou que cada Conselho Municipal terá direito a 4 vagas, sendo, em cada turma, 01 representante governamental e 01 representante da sociedade civil. Além disso, é possível indicar 02 (duas) conselheiras para a lista de espera. O curso será realizado de 21 de setembro a 02 de dezembro de 2026, com carga horária total de 60 (sessenta) horas, assim distribuídas: - 40 horas de encontros remotos síncronos, em 10 encontros de 4 horas, pela plataforma Google Meet; - 12 horas de atividades assíncronas; - 08 horas de atividades presenciais, em Curitiba, no dia 2 de dezembro de 2026 - quarta-feira. Para cada indicada, deverão ser informados: nome completo, CPF, RG, endereço residencial, município, telefone, Gmail individual, segmento de representação, turma, eventual condição de pessoa com deficiência e respectiva demanda de acessibilidade. O prazo de inscrição encerra-se dia 17 de setembro de 2026. Destacou-se a necessidade de comprometimento das pessoas indicadas com a frequência e a realização das atividades, bem como o envio dos dados necessários dentro do prazo informado. Durante a discussão, algumas conselheiras defenderam a ampliação da participação da sociedade civil, considerando que as representantes governamentais já possuem, em razão de suas atribuições, contato com diversas temáticas relacionadas às políticas públicas. Assim, a plenária deliberou que a maioria das vagas fossem direcionadas à sociedade civil. Foram indicadas para a Turma 1, que será realizada às segundas-feiras (exceto em feriados), das 14 às 18 horas, as conselheiras Giovana Montosa Morais e Maria Madalena Gomes dos Santos Sbizera. Para a Turma 2, que será às quintas-feiras, das 08 às 12 horas, foram indicadas Adriane Aparecida Loper e Daniely Mostaço Monti. Por fim, na lista de espera, a Presidenta solicitou a inclusão de sua suplente, Argélia Colares Almeida, não havendo mais interessadas no momento. Observação: a conselheira Thyara Kalahan de Azevedo solicitou, após a reunião, sua inclusão na lista de espera. **10) Apresentação dos recursos em execução no Fundo Municipal dos Direitos das Mulheres (FMDM)**: Rosangela informou que a Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres possui prestações de contas que necessitam da apreciação e aprovação do CMDM. Trata-se de recursos do FEDIM – Fundo Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná, recebidos por meio de deliberações do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDM) e SEMIPI. Esclareceu-se que o prazo para prestação de contas das Deliberações 08/2023 e 04/2024 é 3 de novembro de 2026, sendo necessária a aprovação formal do Conselho, com emissão da respectiva resolução, publicação e inserção das informações no Sistema Fundo a Fundo do Estado (SIFF). Considerando o horário adiantada desta reunião e a necessidade de análise adequada dos documentos, foi proposta a transferência da apresentação detalhada para a reunião seguinte, prevista para outubro, com prioridade de pauta. A apresentação contemplará os instrumentos, os valores envolvidos, os planos de aplicação, a execução dos recursos e os saldos a executar, especialmente para conhecimento das conselheiras que ingressaram na atual gestão. **11) Situação de violência institucional: a conselheira Thyara manifesta-se sobre a situação das parteiras tradicionais no**

**Estado do Paraná**: Foi concedida a palavra à conselheira Thyara Kalahan de Azevedo, representante do Movimento de Parteiras Tradicionais do Brasil, que relatou as dificuldades enfrentadas para o preenchimento da Declaração de Nascido Vivo (DNV) em partos domiciliares assistidos por parteiras tradicionais, em decorrência de nota técnica expedida pelo Estado do Paraná. Informou que o projeto de lei federal que regulamenta a atuação das parteiras tradicionais se encontra em tramitação na Câmara dos Deputados, tendo sido aprovado pela Comissão de Saúde e estando em análise na Comissão de Direitos Humanos. Relatou situações recentes ocorridas nos municípios de Londrina, Marialva e Califórnia, nas quais houve dificuldades para a emissão da DNV e para a obtenção do registro civil das crianças, mencionando a necessidade de recorrer ao Ministério Público e ao Poder Judiciário para assegurar esses direitos. Sobre o caso ocorrido em Califórnia, informou que, após a negativa da Secretaria Municipal de Saúde em realizar o preenchimento da DNV, a família foi orientada a procurar um hospital em Apucarana. Relatou, ainda, que houve intervenção de policiais militares e do Conselho Tutelar na residência da família, sob a justificativa de verificar o nascimento da criança e apurar possível negligência quanto ao atendimento médico. Thyara sustentou que a nota técnica estadual contraria orientações e normativas nacionais relativas à atuação das parteiras tradicionais e apontou a necessidade de diferenciar essa atividade da atuação das doulas. Destacou, ainda, o reconhecimento cultural e institucional da atividade das parteiras tradicionais, inclusive por órgãos nacionais e internacionais, e solicitou o apoio do CMDM para gestionar, junto ao Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, manifestação sobre a questão, considerando que a situação já havia sido apresentada anteriormente, sem posicionamento efetivo. Também foi sugerido o envio ao Conselho Estadual de Saúde. Após as manifestações das conselheiras, reconheceu-se a relevância da pauta para a defesa dos direitos das mulheres e a necessidade de atuação para além do âmbito municipal, uma vez que a nota técnica questionada é de abrangência estadual. Como encaminhamento, propôs-se que a Comissão de Saúde do CMDM reúna e analise os documentos pertinentes, organize os fundamentos e elabore subsídios para apresentação ao Conselho, a fim de que o Plenário delibere sobre o encaminhamento de manifestação formal aos Conselhos Estaduais dos Direitos da Mulher e de Saúde. Thyara colocou-se à disposição para prestar esclarecimentos e apresentar documentação complementar à Comissão. **12) Informes**: **a) 1ª Eleição Complementar da Gestão 2026-2030 do CMDM (movimento estudantil e mulheres do campo)**: Foi informado que a Comissão responsável pelo processo eleitoral complementar está finalizando os trâmites necessários à eleição e que, tão logo, tudo esteja concluído, a plenária será comunicada. A previsão é realizar a eleição na próxima reunião ordinária. **b) Casa da Mulher Brasileira - Ministério das Mulheres**: Sueli Galhardi mencionou a entrevista feita com a Ministra Márcia Lopes, em seu programa de rádio Nem Mais Nem Menos, onde a Ministra mencionou a possibilidade de disponibilização de recursos federais para a construção de uma Casa da Mulher Brasileira, modalidade tipo B, com área aproximada de 1.800 m² e previsão de investimento de R$ 10 milhões. Segundo o relato, a proposta contemplará a construção, o mobiliário e a manutenção

inicial do equipamento por período de um a dois anos, sendo necessária a articulação entre os governos federal, estadual e municipal, inclusive quanto à disponibilização de terreno. Informou-se que o assunto já havia sido discutido anteriormente pelo Conselho, estando prevista nova interlocução com o Prefeito para tratar da viabilidade da proposta. Após debate, a Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres esclareceu que a implantação da Casa da Mulher Brasileira depende da articulação e da adesão de diferentes órgãos e serviços que deverão integrar seu funcionamento, não sendo uma iniciativa de responsabilidade exclusiva do Município. Como encaminhamento, propôs-se apresentar o tema na reunião da Rede Municipal de Enfrentamento à Violência Doméstica, Familiar e Sexual contra as Mulheres, a fim de dar conhecimento às instituições envolvidas e buscar o agendamento de reunião específica para discutir a proposta, as responsabilidades institucionais e as condições necessárias à implantação e manutenção do equipamento. O encaminhamento foi aprovado pela plenária. **c) Outros informes**. Convite do CEAS: foi apresentado convite para atividade beneficente em prol do Centro de Apoio e Assistência à Saúde, prevista para o dia 17 de outubro de 2026, na qual será realizado almoço, com possibilidade de retirada de refeições. Informou-se que o convite será compartilhado no grupo de comunicação do Conselho e que as pessoas interessadas deverão realizar suas reservas antecipadamente, conforme orientação da organização. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada. Eu, Fernanda Serenário, secretária *ad hoc*, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pela Comissão Diretora do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx